

SITUAÇÃO DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DA REDE PÚBLICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

NATÁLIA CALDAS MARTINS¹, NILSON VIEIRA PINTO², JARDENIA CHAVES DOMENEGUETTI³, MIRNA ALBUQUERQUE FROTA⁴, MARIANA CAVALCANTE MARTINS⁵, KARLA MARIA CARNEIRO ROLIM⁴

¹Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE

³Universidade Estadual do Ceará - UECE

⁴Universidade de Fortaleza - Unifor

⁵Universidade Federal do Ceará - UFC

<natalia@unilab.edu.br>, <nilsonvieira@ifce.edu.br>, <jardenia.chaves@uece.br>, <mirnafrota@unifor.br>, <marianaenfermagem@hotmail.com>, <karlarolim@unifor.br>
10.21439/conexoes.v17i0.2525

Resumo. A pandemia da Covid-19 fomentou o debate sobre a situação de Insegurança Alimentar de grupos mais vulneráveis. Os riscos de Insegurança Alimentar foram aprofundados com as medidas adotadas pelo governo brasileiro buscando mitigar a propagação da pandemia. Dentre estas medidas, encontra-se a interrupção das aulas presenciais em universidades e o fechamento dos restaurantes universitários, os quais garantiam acesso à uma alimentação adequada. Nesse contexto, este estudo teve por objetivo avaliar a situação de Insegurança Alimentar de estudantes universitários durante o período da pandemia da Covid-19. Trata-se de um estudo realizado através da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar em universitários da rede pública dos estados da Bahia e Ceará, Brasil. Dos 428 universitários investigados, 153 (35,7%) apresentaram grau leve, 101 (23,6%) grau moderado e 107 (25%) grau grave de Insegurança Alimentar. Os universitários autodeclarados de cor preta apresentaram forte associação com a Insegurança Alimentar Moderada ou Grave ($p < 0,001$), sendo 90% maior do que em estudantes de outras raças. Os resultados encontrados são alarmantes e demonstram como a pandemia da Covid-19, com o fechamento dos restaurantes universitários, aprofundou os riscos para a segurança alimentar e nutricional e a fome destes grupos.

Palavras-chaves: Covid-19. Pandemias. Segurança Alimentar e Nutricional.

FOOD (IN)SECURITY SITUATION OF PUBLIC UNIVERSITY STUDENTS DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Abstract. The Covid-19 pandemic sparked debate about the food insecurity situation of the most vulnerable groups. The risks of food insecurity were deepened with the measures adopted by the Brazilian government seeking to mitigate the spread of the pandemic. Among these measures, there is the interruption of face-to-face classes at universities and the closing of university restaurants, which guaranteed access to adequate food. In this context, this study aimed to evaluate the food insecurity situation of university students during the period of the Covid-19 pandemic. This is a study carried out through the application of the Brazilian Scale of Food Insecurity in university students from the public network in the states of Bahia and Ceará, Brazil. Of the 428 university students investigated, 153 (35.7%) had a mild degree, 101 (23.6%) had a moderate degree and 107 (25%) had a severe degree of food insecurity. Self-declared black university students showed a strong association with Moderate or Severe Food Insecurity ($p < 0.001$), being 90% higher than in students of other races. The results found are alarming and demonstrate how the Covid-19 pandemic, with the closing of university restaurants, deepened the risks to food and nutrition security and the hunger of these groups.

Keywords: Covid-19. Pandemics. Food and Nutrition Security.

1 INTRODUÇÃO

No final de dezembro de 2019, a cidade Wuhan, localizada na província de Hubei (China), alertou a Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a proliferação de casos de pneumonia decorrente de um vírus ainda não registrado em seres humanos. Em janeiro de 2020, o governo chinês identificou um novo tipo de Coronavírus, que, como os antecessores, comprometia o sistema respiratório, caracterizando-se como um tipo de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). Inicialmente nomeado de 2019-nCoV, em 11 de fevereiro, recebeu o nome de SARS-CoV-2. Esse novo Coronavírus passa a ser caracterizado como o responsável pela proliferação da doença Covid-19. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (ARRAIS et al., 2020).

No Brasil, logo em seguida, em 20 de março de 2020, através da Portaria nº 454, o Ministério da Saúde declara o estado de transmissão comunitária do coronavírus em todo o território nacional (BRASIL, 2020).

Devido à magnitude da pandemia do novo coronavírus, o governo brasileiro precisou adotar intervenções de grande intensidade, como as estratégias de isolamento social, que visavam conter a propagação e mortalidade da doença. Porém, mesmo com as medidas de enfrentamento, as consequências e efeitos da pandemia, tais como desemprego, choque econômico generalizado e falta de acesso às necessidades básicas são difíceis de estimar (BARRETO et al., 2020).

Nesse cenário, a proteção social a pessoas impactadas pela retração econômica, principalmente em virtude da perda da renda do trabalho, precisa ser provida pelo Estado. Muitos dependiam e ainda dependem de uma complementação imediata de renda para suprir necessidades básicas, como por exemplo, a alimentação (NATALINO; PINHEIRO, 2020).

De acordo com Silva Filho e Gomes Júnior (2020), o acesso aos alimentos está relacionado à regularidade da oferta dos produtos, à disponibilidade de renda da população e aos preços praticados no mercado varejista. A perda de rendimentos e a ruptura de cadeias de suprimentos, em decorrência do contexto pandêmico, fortaleceram as desigualdades sociais e comprometeram a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população.

A SAN pode ser compreendida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e tendo como base, práticas alimentares promotoras da saúde. O oposto da SAN é a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), que pode ser definida como a indis-

ponibilidade, poder de compra reduzido ou utilização inadequada dos alimentos (BRASIL, 2010).

A pandemia comprometeu também as Instituições de Ensino, em todos os níveis, acarretando a suspensão de aulas ou sua substituição por atividades remotas. Essas medidas, a exemplo das Instituições de Ensino Superior, ocasionou a interrupção do funcionamento dos Restaurantes Universitários (RUs), os quais atuam como importante equipamento para a garantia da SAN dos estudantes (BRASIL, 2020).

No contexto da pandemia da Covid-19, os estudantes universitários que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social, enfrentaram ainda a possibilidade da perda de trabalho e de renda familiar. Com o cerceamento do acesso aos RUs, que garantiam o acesso a uma alimentação adequada através do fornecimento de refeições subsidiadas pela assistência estudantil, os estudantes sofreram, como consequência mais imediata, o avanço da IA, ocasionada por restrições de renda que dificultaram o acesso aos alimentos.

Diante desse cenário, algumas universidades adotaram a concessão de ajudas de custo e auxílios emergenciais como medida de apoio aos discentes em situação de vulnerabilidade. Especificamente voltado à garantia da SAN, foram concedidas ajudas de custo mensais para gastos com alimentação enquanto perdurou o fechamento dos RUs das instituições. Porém, não existem avaliações que comprovem se estas estratégias adotadas tiveram os efeitos esperados na garantia da SAN dos estudantes (MAURICIO et al., 2020).

Assim, este artigo teve por objetivo avaliar a situação de (in)segurança alimentar e nutricional de estudantes universitários durante a pandemia da Covid-19, procurando estabelecer reflexões a cerca dos riscos para a segurança alimentar e nutricional e a fome destes grupos.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, de natureza quantitativa, realizado com alunos de graduação de uma Universidade Pública Federal com unidades no estado da Bahia e Ceará, no período de novembro a dezembro de 2020.

A Universidade possui quatro campi, os quais estão localizados em cidades no interior do Ceará (Acarape e Redenção) e no interior da Bahia (São Francisco do Conde). Tem como objetivo promover a interiorização do ensino superior além de incentivar a internacionalização da educação, através da destinação de 50% das vagas para alunos estrangeiros, predominantemente do continente africano. Com uma proposta de universidade

popular, favorece o acesso de estudantes com condições socioeconômicas desfavoráveis.

Para a determinação do tamanho de amostra foi utilizada a fórmula de amostragem, adotando os seguintes valores dos parâmetros: $N=4.619$, $z=1,96$ (referente ao nível de confiança de 95%), $e=5\%$ e $p=50\%$, chegando ao tamanho amostral mínimo de 355 participantes. Para suprir a eventuais perdas adicionou-se 10% ao tamanho mínimo amostral, totalizando 391 participantes como uma amostra significativa a este estudo.

Os estudantes responderam a dois questionários de autoperenchimento: o primeiro com informações sobre idade, gênero, cor, nacionalidade, tempo que reside no país, vínculo com a Universidade no estado da Bahia ou Ceará, quantidade de pessoas no domicílio, recebimento de ajuda de custo para alimentação da universidade durante a pandemia e se algum residente do mesmo domicílio recebeu auxílio emergencial ou é beneficiário do Programa Bolsa Família do Governo Federal. O segundo questionário foi composto por 14 perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), relacionadas à experiência de insuficiência alimentar em diversos níveis de intensidade, nos últimos três meses.

A EBIA compreende desde a preocupação de que a comida possa acabar até a vivência de passar um dia todo sem comer. Esta escala foi escolhida como instrumento de coleta de dados em razão da sua alta confiabilidade, por refletir a situação de IA através de um viés de natureza social e não apenas físico-biológico, por fornecer dados consistentes para o acompanhamento e avaliação do impacto de programas e políticas públicas e, principalmente, por retratar a IA em nível domiciliar, sendo o mais conveniente num contexto de isolamento social.

De acordo com as respostas positivas do questionário da EBIA, os estudantes foram classificados em quatro níveis (SALLES-COSTA et al., 2008):

- Nível 1: Segurança Alimentar (nenhuma resposta positiva);
- Nível 2: Insegurança Alimentar leve (de 1 a 5 pontos para domicílios com menores de idade ou de 1 a 3 pontos em domicílios somente com adultos);
- Nível 3: Insegurança Alimentar moderada (de 6 a 9 pontos para domicílios com menores de idade ou de 4 a 5 pontos em domicílios somente com adultos);
- Nível 4. Insegurança Alimentar grave (de 10 a 14 pontos para domicílios com menores de idade

ou de 6 a oito pontos em domicílios somente com adultos).

O nível de IA foi a variável dependente da pesquisa, a qual foi relacionada com as variáveis independentes do primeiro questionário: gênero, idade, nacionalidade, recebimento de auxílio emergencial pela universidade, recebimento de auxílio emergencial pelo Governo Federal, quantidade de moradores no domicílio e estado sede da universidade que o estudante se encontra matriculado.

Para análise de dados foi utilizado o software “Statistical Package for Social Science” SPSS versão 24.0 (SPSS Inc., Chicago, IL, USA). Foram calculadas frequências absoluta e relativa para variáveis qualitativas, bem como, média, desvio padrão, quartis, mínimo e máximo para quantitativas. As associações entre as variáveis foram verificadas por meio do teste do Qui-quadrado considerando um nível de significância de 5%. A magnitude da associação entre variáveis explicativas e desfecho foi expressa em estimativas pontuais e intervalares de Razão de Prevalências (RP).

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética das Instituições de Ensino Superior com CAAE:38557820.5.0000.5576.

3 RESULTADOS

Fizeram parte da pesquisa 428 estudantes universitários, destes, 335 (78,3%) eram alunos do estado do Ceará e 93 (21,7%) do estado da Bahia. A idade média dos participantes foi de 26,1(\pm 7,6) anos, variando de 17 a 65 anos.

A quantidade de homens e mulheres que participaram da pesquisa foi bem aproximada, sendo 223 (52,1%) respondentes do gênero masculino e 203 (47,4%) do gênero feminino. Mais da metade dos participantes se autodeclarou de cor preta (54,9%), seguidos por pardos (35%), brancos (9,3%) e indígenas (0,7%) (ver Tabela 1).

Do total de estudantes que responderam à pesquisa, 244 (57%) eram brasileiros e 184 (43%) estrangeiros. A quantidade de moradores no domicílio foi preponderantemente até quatro moradores (77,3%).

A respeito das políticas públicas voltadas à proteção social de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mais da metade dos estudantes (60,3%) respondeu que algum domiciliado recebeu o auxílio emergencial do Governo Federal durante a pandemia do novo Coronavírus; apenas 92 participantes (21,5%) possuía alguma pessoa no domicílio beneficiário do Programa Bolsa Família; e mais da metade dos

Quadro 1: Características sociodemográficas dos estudantes universitários.

Variáveis	n	%
Idade		
Menor que 20	227	53,0
De 20 a 24	125	29,2
De 25 a 29	28	6,5
Maior ou igual a 30	48	11,2
Gênero		
Homem	223	52,1
Mulher	203	47,4
Não-binário	2	0,5
Cor		
Branca	40	9,3
Parda	150	35,0
Preta	235	54,9
Indígena	3	0,7
Nacionalidade		
Brasileiro	244	57,0
Estrangeiro	184	43,0
Estado		
Ceará	335	78,3
Bahia	93	21,7
Quantidade de moradores no domicílio		
Até quatro moradores	331	77,3
Mais de quatro moradores	97	22,7
Algum domiciliado recebeu o auxílio emergencial do Governo Federal durante a pandemia? (covid-19)		
Sim	258	60,3
Não	170	39,7
Algum domiciliado beneficiário do Programa Bolsa Família do Governo Federal?		
Sim	92	21,5
Não	336	78,5
Recebe ou recebeu ajuda de custo para alimentação da Universidade durante a pandemia? (covid-19)		
Sim	229	53,5
Não	199	46,5

estudantes (53,5%) foi contemplado com ajuda de custo para alimentação pela Universidade.

Quando aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, as três primeiras questões apresentaram maiores percentuais de concordância. A primeira questão “Nos últimos 3 meses, moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?” apresentou resposta positiva de 78% dos estudantes. A segunda questão “Nos últimos 3 meses, os alimentos acabaram antes que os moradores do seu domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?” obteve resposta positiva de 65,9% dos participantes. A terceira questão “Nos últimos 3 meses, os moradores do seu domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou?” também mostrou alto percentual de

concordância, com resposta positiva de 72% dos universitários (ver Tabela 2).

Houve um declínio no percentual de concordância nas perguntas finais de modo que a questão 14 “Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?” apresentou menor percentual de respostas positivas (3,5%).

A EBIA apresentou um número mediano de quatro respostas positivas às questões. Um total de 67 respondentes não pontuaram em qualquer um dos questionamentos da escala e essa quantidade expressa que 15,7% dos estudantes não apresentaram qualquer grau de IA. A prevalência de insegurança alimentar foi de 84,3%, sendo 35,7% de grau leve, 23,6% grau moderado e 25% grau grave (ver Tabela 3).

Quadro 2: Distribuição de frequências das respostas dos estudantes universitários a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Questões da EBIA	Sim		Não	
	n	%	n	%
01.	334	78,0	94	22,0
02.	282	65,9	146	34,1
03.	308	72,0	120	28,0
04.	134	31,3	294	68,7
05.	219	51,2	209	48,8
06.	137	32,0	291	68,0
07.	100	23,4	328	76,6
08.	50	11,7	378	88,3
09.	31	7,2	397	92,8
10.	28	6,5	400	93,5
11.	45	10,5	383	89,5
12.	21	4,9	407	95,1
13.	18	4,2	410	95,8
14.	15	3,5	413	96,5

01. Os moradores do seu domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida? 02. Os alimentos acabaram antes que os moradores do seu domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida? 03. Os moradores do seu domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham por que o dinheiro acabou? 04. Algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida? 05. Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida? 06. Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, por que não havia dinheiro para comprar comida? 07. Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida? 08. Algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida? 09. Algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida? 10. Algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida? 11. Alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, por que não havia dinheiro para comprar comida? 12. Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, por que não havia dinheiro para comprar comida? 13. Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida? 14. Alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Quadro 3: Distribuição de frequências do resultado da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Resultado EBIA	n	%
Segurança alimentar	67	15,7
Insegurança alimentar leve	153	35,7
Insegurança alimentar moderada	101	23,6
Insegurança alimentar grave	107	25,0
Total	428	100,0

Fonte: elaborada pelos autores, 2022.

Potenciais fatores de risco e proteção foram analisados quanto a sua associação com a Insegurança Alimentar Moderada ou Grave (IAMG) e apresentados na Tabela 4. Esta avaliação demonstrou forte associação com IAMG os estudantes universitários autodeclarados de cor preta ($p < 0,001$), sendo que a prevalência de IA em pretos foi 90% maior do que a prevalência de IA em estudantes de outras raças.

A nacionalidade dos estudantes também apresentou resultados altamente significantes ($p < 0,001$), sendo que alunos estrangeiros apresentaram prevalência 81% maior de IA grave ou moderada em relação a estudantes brasileiros.

A relação da IAMG com idade e gênero também apresentou alta significância estatística ($p < 0,001$). Estudantes entre 25 e 29 anos apresentaram maior preva-

Quadro 4: Características sociodemográficas dos estudantes universitários segundo grau de Insegurança Alimentar.

Variáveis	IA moderada ou grave		SA ou IA leve		RP(IC 95%)	Valor p
	N	%	N	%		
1. Idade						0,008¹
Menor que 20	100	44,1	127	55,9	1,17 (0,79 - 1,74)	
De 20 a 24	71	56,8	54	43,2	1,51 (1,02 - 2,25)	
De 25 a 29	19	67,9	9	32,1	1,81 (1,16 - 2,82)	
Maior ou igual a 30	18	37,5	30	62,5	1	
2. Gênero						0,004¹
Homem	120	53,8	103	46,2	1,27 (1,04 - 1,55)	
Mulher	86	42,4	117	57,6	1	
3. Cor/Etnia						<0,001²
Branca	8	3,8	32	14,5	0,6 (0,11 - 3,34)	
Parda	50	24,0	100	45,5	1 (0,2 - 5,03)	
Preta	149	71,6	86	39,1	1,9 (0,38 - 9,45)	
Indígena	1	0,5	2	0,9	1	
4. Nacionalidade						<0,001¹
Brasileiro	88	42,3	156	70,9	1	
Estrangeiro	120	57,7	64	29,1	1,81 (1,48 - 2,2)	
6. Estado						0,372¹
Ceará	159	76,4	176	80,0	0,9 (0,72 - 1,13)	
Bahia	49	23,6	44	20,0	1	
7. Quantidade de moradores no domicílio						0,509¹
Até quatro moradores	158	76,0	173	78,6	0,93 (0,74 - 1,16)	
Mais de quatro moradores	50	24,0	47	21,4	1	
8. Recebeu o auxílio emergencial do Governo Federal durante a pandemia?						0,144¹
Sim	118	56,7	140	63,6	0,86 (0,71 - 1,05)	
Não	90	43,3	80	36,4	1	
9. Beneficiário do Programa Bolsa Família do Governo Federal?						0,001¹
Sim	31	14,9	61	27,7	1	
Não	177	85,1	159	72,3	1,56 (1,15 - 2,12)	
10. Recebe ou recebeu ajuda de custo para alimentação da Universidade durante a pandemia?						<0,001¹
Sim	140	67,3	89	40,5	1,79 (1,44 - 2,23)	
Não	68	32,7	131	59,5	1	

Fonte: elaborada pelos autores, 2022. ¹Teste Qui-quadrado; ²Teste Exato de Fisher

lência à IAMG que as demais faixas etárias. Relacionado ao gênero, estudantes do sexo masculino apresentaram prevalência 1,27 maior à IAMG que o sexo feminino.

Estudantes do estado do Ceará apresentaram menor prevalência à situação de IAMG comparados aos estudantes da Bahia e os participantes com menos de quatro moradores no domicílio apresentaram menor risco à IAMG.

A respeito das políticas públicas voltadas à proteção social durante a pandemia, o recebimento do Auxílio Emergencial do Governo Federal se apresentou como fator de proteção à situação de IAMG. Outro dado deste estudo foi que estudantes que não possuíam domiciliado beneficiário do Programa Bolsa Família apre-

sentaram uma prevalência 56% maior de situação de IAMG que estudantes cujo domicílio havia beneficiário do Programa.

Relacionado ao recebimento de ajuda de custo para alimentação pelas Universidades, a pesquisa mostrou que estudantes que declararam ter recebido o auxílio apresentaram maior concordância com as questões da EBIA, com prevalência 79% maior de IAMG em relação a estudantes que não receberam ajuda de custo.

4 DISCUSSÃO

Este estudo evidenciou que grande parte dos universitários avaliados sentiu a ameaça da falta de comida ou até precisou restringir a alimentação por questões

financeiras. A pandemia, portanto, desvelou resultados mais preocupantes que os encontrados em pesquisas semelhantes em anos anteriores: Angotti e Zangirolani (2019) identificaram uma prevalência de IA em 64,8% em estudantes universitários; Fernandes et al. (2017) encontraram valores de 58,1% de IA em jovens estudantes, sendo que nenhum participante da pesquisa apresentou IA grave; Moreira (2015) também não identificou estudantes universitários com IA grave no seu estudo.

Desta forma, a prevalência de IA evidenciada neste estudo pode indicar que a pandemia da Covid-19 e a interrupção do funcionamento dos Restaurantes Universitários, repercutiu fortemente na segurança alimentar de estudantes universitários, comprometendo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) deste grupo de indivíduos.

Porém, Ribeiro-Silva et al. (2020) chamam atenção ao fato de que a pandemia não deve ser responsabilizada isoladamente pela severidade que se anuncia a situação de fome e IA de grupos vulneráveis. O desmonte do sistema que contemplava políticas sociais inclusivas e promotoras da SAN e as desigualdades não superadas vem se somando para a situação atual, que tende ao agravamento dado os impactos da pandemia.

Este estudo desvela ainda uma maior incidência de IA em universitários autodeclarados pretos, uma situação que expõe com evidência a desigualdade entre raças, um ressaltado evidenciado de maneira semelhante no estudo de Oliveira et al. (2017).

Dados do IBGE (2019) mostram que o consumo de alimentos considerados marcadores de uma alimentação saudável está diretamente relacionado a indicadores socioeconômicos. Dentre esses indicadores, é possível citar distribuição de renda, condições de moradia, trabalho e nível educacional, os quais são cerca de duas vezes menores entre a população negra quando comparada à branca.

Ainda corroborando com estes resultados, Angotti e Zangirolani (2019) em seu estudo sobre a IA em estudantes universitários, afirmaram a necessidade de se considerar a “cor da pele” como marcador de vulnerabilidade.

Assim, estes dados mostram a importância da incorporação da temática racial à construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, visto que as desigualdades raciais são observadas em diversos indicadores (sociais, de saúde e econômicos), impedindo a população negra de ter hábitos de vida protetores da saúde.

A incidência de IA também se apresentou maior em estudantes estrangeiros. A crescente integração das economias e das sociedades no mundo, lastro da globa-

lização, repercute na educação que, nas últimas décadas, tem sua importância refletida no volume da mobilidade de estudantes internacionais. Nesse sentido, desde o início do século XX, as universidades brasileiras possuem programas educacionais que destinam vagas a candidatos de outros países, especialmente os em vias de desenvolvimento socioeconômico da América Latina e do continente africano (LANGA, 2014).

A intensa mobilidade internacional estudantil africana e o fato de que estes jovens permanecerem no decorrer do processo migratório em situação de vulnerabilidade, vem despertando o interesse de estudos sobre essa temática. Dificuldades associadas à alimentação aparecem de forma frequente nestes estudos e estão associadas a questões inerentes ao processo migratório, como a distância de casa e da família, estadia em moradias estudantis compartilhadas, estabelecimento de novos comportamentos e relações sociais, contradições existentes entre os hábitos alimentares tradicionais de cada comunidade e as transformações impostas pelo moderno ethos alimentar globalizado (CASTRO, 2019).

Porém, em estudo realizado por Castro (2019), estudantes universitários africanos em contexto de migração no Brasil, no estado do Ceará, apresentaram aumento significativo de peso e melhoras no Índice de Massa Corporal (IMC) com valores adequados de percentual de gordura. Este autor relatou o aumento da frequência de consumo semanal de verduras totais, verduras cruas, frutas, suco de frutas, carne vermelha, frango e feijão. Estes dados se contrapõem a alta prevalência de IA nos universitários estrangeiros avaliados neste estudo, um resultado que pode estar relacionado ao contexto da pandemia da Covid-19.

De acordo com Sperandio, Bonetto e Lin (2020), o contexto atual pode ter agravado a IA do migrante devido aos obstáculos à movimentação (fechamento das fronteiras) e, muitas vezes, à dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Além do mais, este grupo geralmente não é incluído nas estratégias e planos nacionais de combate às epidemias.

Os dados deste estudo mostram uma condição de maior vulnerabilidade à situação de IA em estudantes universitários estrangeiros. Ressalta-se que a situação de IA pode repercutir na adaptação e na permanência destes estudantes, ocasionando impactos na saúde – entendida aqui como um estado de razoável harmonia entre o sujeito e a sua própria realidade – destes indivíduos. Diante disso, torna-se importante verificar quais as respostas conferidas direta ou indiretamente pelas autoridades brasileiras, instituições e sociedade aos migrantes situados no país e as eventuais dificuldades de

sua implementação.

Os participantes com menos de quatro moradores no domicílio apresentaram menor risco à IAMG. Estes dados não apresentaram relação significativa com a IAMG ($p>0,05$), porém corroboram com os resultados de outros estudos, onde domicílios com mais de quatro moradores apresentaram maior risco de IA (IBGE, 2019).

Os resultados apontaram ainda que, a respeito das políticas públicas voltadas à proteção social durante a pandemia, o recebimento do Auxílio Emergencial do Governo Federal se apresentou como fator de proteção à situação de IAMG. A crise sanitária, econômica e social, provocada pela disseminação da Covid-19 causou a necessidade de uma efetiva atuação do Estado para dar suporte às populações mais vulneráveis. No Brasil, o Congresso Nacional aprovou o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 para até duas pessoas da mesma família. Para as famílias em que a mulher seja a única responsável pelas despesas da casa, o valor pago mensalmente foi de R\$ 1.200,00. Porém, apesar da imprescindibilidade do auxílio emergencial para a manutenção de direitos essenciais como a alimentação, estudos recentes têm demonstrado que o benefício apresenta uma série de contradições e limites estruturais, além de ser um valor insuficiente para a manutenção das condições básicas de vida de grupos mais vulneráveis (TROYÃO, 2020).

Relacionado aos programas governamentais de transferência de renda para família em situação de pobreza, os achados desta pesquisa corroboram com estudos realizados no Nordeste do país, que também atestam a implicação do Programa Bolsa Família em menores níveis de IA (SABÓIA; SANTOS, 2015). Reforçam igualmente pesquisas realizadas em países como México, Austrália e Dinamarca que apontam relação entre o recebimento de benefícios governamentais e a redução da IA em famílias com crianças (SHAMAH-LEVY et al., 2017). E, nos Estados Unidos, o Supplemental Nutrition Assistance Program (SNAP) vem sendo utilizado com eficácia comprovada no combate a IA em famílias com baixa renda (MABLI et al., 2013).

Assim, as pesquisas demonstram que o recebimento de benefícios financeiros como o Programa Bolsa Família impacta na percepção de IA e tem papel fundamental na promoção da SAN.

Referente às estratégias institucionais de proteção social, as universidades federais instituíram o auxílio alimentação emergencial em pecúnia para atender estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, com o objetivo de amenizar os impactos decorrentes da suspensão dos serviços dos Restaurantes Uni-

versitários, contribuindo para a manutenção e suporte de uma alimentação básica durante o período da pandemia. Como preconiza a Política Nacional de Assistência Estudantil, o objetivo é garantir a igualdade de condições para a permanência com qualidade dos alunos até a reabertura dos RU's, agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão (MAURICIO et al., 2020).

Os resultados deste estudo revelam que a ajuda de custo com alimentação concedida não foi suficiente para garantir a segurança alimentar dos estudantes em situação de maior vulnerabilidade. Contudo, é pertinente ressaltar que os alunos que se cadastraram e receberam a ajuda de custo se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica mais acentuada quando comparados aos que não foram elegíveis para recebimento do auxílio. Podemos sugerir que, provavelmente, a situação de IA seria consideravelmente pior se não houvesse a ajuda de custo.

Diante disso, aponta-se a necessidade de uma avaliação institucional da efetividade da ajuda de custo com alimentação como estratégia de proteção social pelas universidades. A avaliação pode vir a melhorar a intervenção no seu decorrer, além de determinar seus efeitos para decidir se deve ser mantida, transformada de forma significativa ou interrompida, sendo importante para a legitimação da política de ajuda de custo adotadas pelas instituições (SAMICO et al., 2010).

5 CONCLUSÃO

O estudo evidenciou altos índices de insegurança alimentar em estudantes universitários dos estados da Bahia e Ceará durante a pandemia da Covid-19. Os resultados encontrados são alarmantes e demonstram como a pandemia da Covid-19 aprofundou os riscos para a segurança alimentar e nutricional e a fome deste grupo.

Alunos estrangeiros e/ou autodeclarados pretos apresentaram maior risco a uma situação de fome. Outras variáveis como gênero, idade e quantidade de moradores no domicílio se somam ao conjunto de fatores que podem explicar a magnitude do fenômeno.

As medidas governamentais e institucionais - como o Auxílio Emergencial, Programa Bolsa Família e ajuda de custo institucional para alimentação - não foram suficientes para impedir a expansão da fome frente à crise social, econômica e sanitária gerada pela pandemia.

Estes achados evidenciam a necessidade de uma avaliação criteriosa sobre as atuais políticas públicas de apoio à população após a crise social gerada pela pandemia, visando a garantia do direito humano à alimentação saudável, a qual é imprescindível para a prevenção

de doenças, promoção e manutenção da saúde.

Faz-se necessário reafirmar que para além das políticas de transferência de renda e outras de caráter emergencial adotadas durante a pandemia, a adequação de políticas públicas estruturantes, que retomem o fortalecimento da agenda de segurança alimentar e nutricional no país, é algo inadiável.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, A. A.; ZANGIROLANI, L. T. O. Insegurança alimentar e nutricional entre estudantes universitários. In: ANAIS ELETRÔNICOS... IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. Campinas: Galoá, 2019.

ARRAIS, T. A.; OLIVEIRA, A. R. d.; ALENCAR, D. P.; SALGADO, T. R.; VIANA, J. L.; MIRANDA, A. F. Pandemia covid-19: o caráter emergencial das transferências de renda direta e indireta para a população vulnerável do estado de Goiás. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, Núcleo de Pesquisa Espaço & Economia, v. 1, n. 18, p. 1–29, 2020.

BARRETO, M. L.; BARROS, A. J. D. d.; CARVALHO, M. S.; CODEÇO, C. T.; HALLAL, P. R. C.; MEDRONHO, R. d. A.; STRUCHINER, C. J.; VICTORA, C. G.; WERNECK, G. L. O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de covid-19 no Brasil? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, SciELO Brasil, v. 23, n. 1, p. e200032, 2020.

BRASIL. Decreto nº 7272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 ago. 2010.**

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 454, de 20 de março de 2020: declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (Covid-19). **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 mar. 2020.**

CASTRO, J. N. Hábitos alimentares e estado nutricional em um contexto de migração: estudantes de países lusófonos em universidade

brasileira. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Saúde) — Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

FERNANDES, R. d. C. d. S.; CAMPOS, E. M. C.; SOUZA, N. P.; MARQUES, R. A.; SORIA, K. d. S.; BOSCHI, M. M.; BAZANELLI, A. P.; MORIMOTO, J. M.; PEREIRA, I. R. O. Avaliação dos hábitos alimentares, insegurança alimentar e estado nutricional de estudantes de um cursinho popular localizado na grande São Paulo. **Revista Simbio-Logias**, v. 9, n. 12, p. 35–52, 2017.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**. 2019.

LANGA, E. N. B. Diáspora africana no Ceará: representações sobre as festas e as interações afetivo-sexuais de estudantes africanos em Fortaleza. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 2, n. 1, p. 102–122, 2014.

MABLI, J.; OHLS, J.; DRAGOSSET, L.; CASTNER, L.; SANTOS, B. et al. **Measuring the effect of Supplemental Nutrition Assistance Program (SNAP) participation on food security**. [S.l.], 2013.

MAURICIO, N. M. M.; PIZZIO, A.; SILVA, E. G. da; RODRIGUES, J.; MESQUITA, H. D. da S. Panorama da assistência estudantil nas universidades federais da região norte do Brasil. **Revista Cereus**, v. 12, n. 4, p. 191–205, 2020.

MOREIRA, E. R. D. A. **Segurança alimentar de graduandos em enfermagem**. Brasília, 2015.

NATALINO, M. A. C.; PINHEIRO, M. B. **Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia: algumas limitações práticas do auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial**. 2020.

OLIVEIRA, D. S.; DEMÉTRIO, F.; SOARES, M. D.; HENRIQUE, F. C. dos S.; AMPARO-SANTOS, L. Prevalência e fatores associados à insegurança alimentar. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n. 3, p. 561–579, 2017.

RIBEIRO-SILVA, R. d. C.; PEREIRA, M.; CAMPELLO, T.; ARAGÃO, É.; GUIMARÃES, J. M. d. M.; FERREIRA, A. J.; BARRETO, M. L.; SANTOS, S. M. C. d. Implicações da pandemia covid-19 para a segurança alimentar e nutricional no

brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, SciELO Brasil, v. 25, n. 1, p. 3421–3430, 2020.

SABÓIA, R. C. B. d.; SANTOS, M. M. d. Prevalência de insegurança alimentar e fatores associados em domicílios cobertos pela estratégia saúde da família em teresina, piauí, 2012-2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, SciELO Brasil, v. 24, n. 1, p. 749–758, 2015.

SALLES-COSTA, R.; PEREIRA, R. A.; VASCONCELLOS, M. T. L. d.; VEIGA, G. V. d.; MARINS, V. M. R. d.; JARDIM, B. C.; GOMES, F. d. S.; SICHIERI, R. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na região metropolitana do rio de janeiro, brasil. **Revista de Nutrição**, SciELO Brasil, v. 21, n. 1, p. 99s–109s, 2008.

SAMICO, I.; FELISBERTO, E.; FIGUEIRÓ, A. C.; FRIAS, P. G. D. **Avaliação em saúde: bases conceituais e operacionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2010.

SHAMAH-LEVY, T.; MUNDO-ROSAS, V.; MORALES-RUAN, C.; CUEVAS-NASU, L.; MÉNDEZ-GÓMEZ-HUMARÁN, I.; PÉREZ-ESCAMILLA, R. Food insecurity and maternal–child nutritional status in mexico: cross-sectional analysis of the national health and nutrition survey 2012. **BMJ open**, British Medical Journal Publishing Group, v. 7, n. 7, p. e014371, 2017.

Silva Filho, O. J. d.; Gomes Júnior, N. N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e covid-19. **Cadernos de Saúde Pública**, SciELO Public Health, v. 36, n. 1, p. e00095220, 2020.

SPERANDIO, A. M. G.; BONETTO, B.; LIN, P. S. L. Mobilidade humana e promoção da saúde no contexto da pandemia. In: ZUBEN, C. V.; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. (Ed.). **Migrações internacionais e a pandemia da Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020. p. 189–203.

TROVÃO, C. J. B. M. **A Pandemia da Covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil: Um Olhar Macrorregional para a Proteção Social e os Auxílios Emergenciais**. 2020.